

https://www.rtp.pt/noticias/economia/ramos-horta-diz-que-vetaria-proposta-de-oge-retificativo-tal-como-esta_n1401391

Unofficial translation from Portuguese. Original on following pages.

Ramos-Horta says he would veto the proposed budget amendment as it stands

Lusa, 28 April 2022 -- President-elect José Ramos-Horta said he would veto the proposed rectifying of the General State Budget (OGE) because he disagreed with the inclusion of the creation of a \$1 billion fund for veterans and the tax increase.

"I would ask for it to be discussed again because it is obvious that the program for veterans is not urgent, it is not an emergency situation", said Ramos-Horta in an interview with Lusa, referring to the proposed amendment to the OGE that is currently being processed.

"Veterans have had a lot of benefits over those 10 years, and \$1 billion was transferred between 2007 and 2021 for veterans. It's not very effective," he said.

Ramos-Horta refers to a proposal for an amending OGE presented by the Government to parliament in the total amount of \$1,129 million, of which one billion dollars, he said, are intended for the creation of a fund for veterans.

The fund was one of the pledges made by the prime minister, Taur Matan Ruak, and the secretary general of the largest government party, Fretilin, Mari Alkatiri, during the presidential election campaign, in which the three government parties supported the candidacy of Francisco Guterres Lú-Olo, who was eventually defeated by José Ramos-Horta.

The Government asked the parliament to urgently debate the amending OGE to conclude the process in time for Lú-Olo to consider the document, days before the end of his term, which ends on 20 May.

José Ramos-Horta considered that the Government must have thought about this proposal for the "new situation created by the Russia-Ukraine war and the Shanghai `lockdown` that creates the biggest crisis of all time", with "brutal cascading" effects that will also exacerbate the crisis in Timor-Leste.

"It's not that there is no food, there is no money, due to the huge increase in prices. And Timor is an almost lucky country. We only have 1.3 million people, of which 40% are in poverty and we have priority to help those 40%", he advocated.

"These billions should go, first for emergencies, people have to eat, but at the same time to create job centers, mobilize thousands of young people across the country and adults to maintain rural infrastructure", he considered.

Ramos-Horta considered it essential to channel efforts towards this, at the moment, mobilizing at the same time the United Nations agencies to "help distribute food and support to these most needy populations", with "in kind" assistance from Australia, South Korea or other partners.

"This is about mobilizing a billion dollars to support the population and the economy. And through dialogue I would try to convince the Government to rethink this. Veterans can wait, because surely it's not to deposit a billion dollars immediately in a separate account," he said.

José Ramos-Horta contested another of the elements of the amending OGE that foresees the increase of selective consumption taxes on several products, considering that "it is better not to think about increasing taxes", since the Timorese productive sector "has already been so penalized during this whole crisis" and is now penalized more by the "extremely heavy" cost of energy and fuel.

"It is better to have incentives for the private sector. I understand the Ministry of Finance and the Government have been thinking about this for several years, but when they started to think about taxes it was in a pre-political, economic and social crisis situation", he stressed.

The President-elect also considered that the Government should encourage dialogue with the banking sector, in order to lower high interest rates that reach 14%, rejecting the argument of risk and lack of guarantees.

"It's a gross distortion of things. Between someone paying 14% interest and someone paying 4%, under the same conditions, without collateral, which one do you think will pay? BNCT and BNU", he defended.

"The Government must give guarantees, partnerships with banks to make loans, with risk sharing to make loans with lower interest", he said.

José Ramos-Horta takes office as President of the Republic at 00:00 on 20 May.

Ramos-Horta diz que vetaria proposta de OGE retificativo tal como está

por Lusa



DR

O Presidente eleito José Ramos-Horta disse que vetaria a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) retificativo, por discordar da inclusão da criação de um fundo de mil milhões de dólares para os veteranos e do aumento de impostos.

"Eu pediria para ser novamente debatido porque é obvio que o programa para os veteranos não é nada urgente, não é uma situação de emergência", disse Ramos-Horta em entrevista à Lusa, referindo-se à proposta de OGE retificativo que está em tramitação parlamentar timorense.

"Os veteranos têm tido muitos benefícios ao longo desses 10 anos, e mil milhões de dólares foram transferidos entre 2007 e 2021 para os veteranos. Não é muito eficaz", afirmou.

Ramos-Horta refere-se a uma proposta de OGE retificativo apresentado pelo Governo ao parlamento no valor total de 1.129 milhões de dólares (1.062 milhões de euros), dos quais mil milhões de dólares, referiu, destinam-se à criação de um fundo para veteranos.

O fundo foi uma das promessas feitas pelo primeiro-ministro, Taur Matan Ruak, e pelo secretário-geral do maior partido do Governo, a Fretilin, Mari Alkatiri, durante a campanha para as eleições presidenciais, em que os três partidos do Governo apoiaram a candidatura de Francisco Guterres Lú-Olo, que acabou derrotada por José Ramos-Horta.

O Governo pediu ao parlamento que debata o OGE retificativo com urgência para concluir o processo ainda a tempo de ser Lú-Olo a apreciar o documento, dias antes do fim do seu mandato, que termina em 20 de maio.

José Ramos-Horta considerou que o Governo deve ter pensado nessa proposta da "nova situação criada pela guerra Rússia-Ucrânia e pelo `lockdown` de Shangai que cria a maior crise de todos os tempos", com efeitos "brutais em cascata" que farão agravar também a crise em Timor-Leste.

"Não é que não haja comida, não há é dinheiro, devido ao aumento grande de preços. E Timor é um país quase felizardo. Só temos 1,3 milhões de pessoas, das quais 40% em pobreza e com prioridade temos que acudir a essas 40%", advogou.

"Esses mil milhões deviam ir, primeiro para emergência, as pessoas têm que comer, mas ao mesmo tempo para criar focos de emprego, mobilizar milhares de jovens pelo país e adultos para fazer manutenção de infraestruturas rurais", considerou.

Ramos-Horta considerou essencial canalizar esforços para isso, neste momento, mobilizando ao mesmo tempo as agências das Nações Unidas para "ajudar a distribuir alimentos e apoio a essas populações mais carenciadas", com assistência "em géneros" da Austrália, da Coreia do Sul ou outros parceiros.

"Trata-se aqui de mobilizar mil milhões de dólares para apoiar a população e a economia. E via diálogo tentaria convencer o Governo a repensar isto. Os veteranos podem esperar, porque de certeza que não é para depositar mil milhões de dólares de imediato numa conta à parte", afirmou.

José Ramos-Horta contestou outro dos elementos do OGE retificativo que prevê o aumento de impostos seletivos do consumo em vários produtos, considerando que "é melhor não pensar em aumentar impostos", pois o setor produtivo timorense "já tem sido tão penalizado durante esta crise toda" e agora é mais penalizado pelo "pesadíssimo" custo da energia e do combustível.

"É melhor termos incentivos para o setor privado. Compreendo o Ministério das Finanças e o Governo que anda há vários anos a pensar nisso, mas quando se começou a pensar em impostos foi em situação de pré-crise política, económica e social", salientou.

O Presidente eleito considerou ainda que o Governo deveria incentivar o diálogo com o setor bancário, no intuito de baixar as elevadas taxas de juro que chegam aos 14%, rejeitando o argumento do risco e da falta de garantias.

"É uma grossa distorção das coisas. Entre alguém a pagar juros de 14 e alguém a pagar 4%, nas mesmas condições, sem colaterais, qual dessas é que acham que vai pagar? O Governo tem que intervir, dialogar com os bancos sobretudo com o BNCT e o BNU", defendeu.

"O Governo deve dar garantias, parcerias com os bancos para fazer os empréstimos, com partilha de risco para fazer empréstimos com juros mais baixos", disse.

José Ramos-Horta toma posse no cargo de Presidente da República às 00:00 de 20 de maio.